

JUSTIFICATIVA

C.M.V.  
Proc. Nº 2331/20  
Fls. 01  
Resp. \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

LEIDO EM SESSÃO DE 04/02/20  
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):

- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento
- Obras e Serviços Públicos
- Cultura, Denominação e Ass. Social

Presidente Ma Dias da Silva Ber  
Presidente

O presente projeto tem por objetivo colocar em debate e disseminação das Fake News o que não é novidade pois é um tema que vem sendo muito debatido, pois as chamadas Fake News nada mais são do que notícias falsas sobre os mais diversos assuntos, publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo (geralmente figuras públicas).

As Fake News têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente, apelando para o emocional das pessoas e são consumidas e levadas a sério pelas pessoas como se verdade fosse sem confirmar a veracidade do conteúdo.

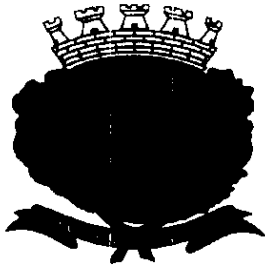
O poder de persuasão das Fake News é maior em populações com menor escolaridade e que dependem das redes sociais para obter informações, podendo alcançar pessoas com diferentes características, nível intelectual e classes sociais, principalmente quando o conteúdo se refere ao mundo da política, assunto com muita evidência nos dias atuais.

Importante destacar que ainda que a produção e a veiculação se constitui num grande mercado cujo universo é alimentado por pessoas de grande influência, geralmente políticos em campanha eleitoral, que contratam equipes especializadas nesse tipo de conteúdo. Esse mercado geralmente é composto por ex jornalistas, publicitários, profissionais de marketing, profissionais da área de tecnologia entre outras categorias.

Sabe-se ainda que alguns produtores de Fake News compram ilegalmente os endereços de e-mail e números de telefone celular de milhões de pessoas para disseminar o conteúdo falso. A preferência estão nos contatos de líderes religiosos ou de movimentos políticos, já que eles são dotados de credibilidade, repassando aos seus seguidores e pedindo que a informação tida como verdadeira seja compartilhada. Há que se atentar no entanto para as consequências um dos objetivos principais desta propositura qual seja informar a periculosidade que reveste o assunto ignorada pela maioria da população que encara o ato de compartilhar uma simples brincadeira, no entanto é um ato muito perigoso, pois compartilhar falsa informação, fotos, vídeos manipulados e publicações duvidosas pode trazer riscos, para a saúde pública, para incentivar o preconceito e intolerância e resultar em mortes.

PROJETO DE LEI

Nº 16 / 20



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.  
Proc. Nº 233/20  
Fls. 02  
Resp. \_\_\_\_\_

Não por acaso, a data escolhida para dar início aos debates para combater essa chaga que se alastra em nossa sociedade é 1 de junho justamente por se comemorar o Dia Nacional da Imprensa. E, num ambiente democrático, a liberdade de imprensa é um dos itens importantes na mesma medida em que se respeita e valoriza o aspecto isento das notícias veiculadas, de forma a trazer, à população, as mais diversas frentes sobre o fato, sem distorções ideológicas ou interesses individuais. Portanto, o direito à informação, sem distorções, se assemelha ao combate às Fake News, de forma a garantir, de um lado, o direito à liberdade de expressão e, no mesmo campo, o dever do compromisso ao fato, sem distorções, sem mentiras, sem interesses individuais.

Assim, por ser um tema que se revela extremamente importante principalmente diante do período que estamos atravessando podendo haver prejuízo a todos solicito a compreensão e o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto.

Valinhos, 27 de janeiro de 2020

  
**Dalva Berto**  
**Vereadora**

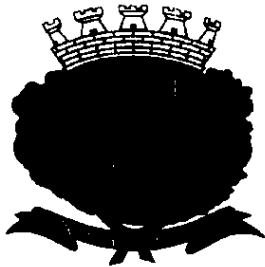
**Nº do Processo: 233/2020**

**Data: 30/01/2020**

**Projeto de Lei nº 16/2020**

**Autoria: DALVA BERTO**

**Assunto: Institui a Semana Municipal de Conscientização e da Orientação e Combate as Fake News no município de Valinhos.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.  
Proc. Nº 2331 20  
Fls. 03  
Resp. \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº 6 /2020

**Institui a Semana Municipal de Conscientização, e da Orientação e Combate às FAKE NEWS, iniciando-se no dia 1 de junho no Município de Valinhos.**

**ORESTES PREVITALE JUNIOR**, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

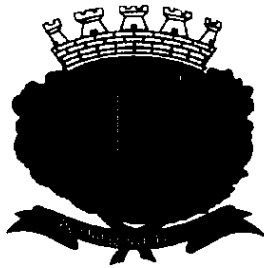
Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal da Conscientização, Orientação e Combate às FAKE NEWS", no Município de Valinhos, a ser realizada anualmente iniciando-se no dia 01º de junho e que tem por objetivo informar e conscientizar a população a combater o Fake News.

Art. 2º Na semana de conscientização, orientação e combate as FAKE NEWS, serão realizadas palestras, debates, rodas de conversas e ações educativas em locais estratégicos e de fácil acesso à comunidade.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, poderão ser realizados eventos de conscientização juntamente com universidades, associações e conselhos representativos das categorias profissionais interessadas no tema, podendo ser envolvida a rede pública de educação e os conselhos de direitos.

Art. 4º A instituição da semana da conscientização, orientação e combate as FAKE NEWS, no Município de Valinhos, tem como objetivos:

I - Promover campanhas educativas na cidade de Valinhos, visando inibir a produção, propagação e reprodução de mensagens fake news, nos



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.  
Proc. Nº 2331/20  
Fls. 04  
Resp. \_\_\_\_\_

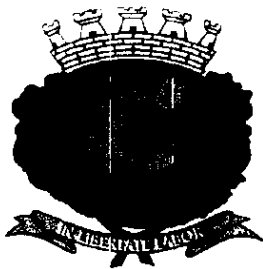
meios de comunicação e redes sociais, visando a conscientização das pessoas.

II - Dar visibilidade e propagar o tema, estimulando a não produção, propagação e reprodução de mensagens fake news.

Art.5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Valinhos,  
aos

**ORESTES PREVITALE JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

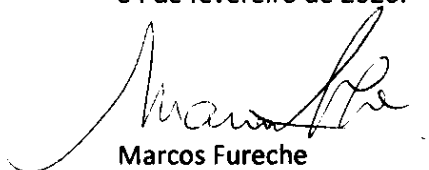
C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 233 /20

FLS. Nº 05

RESP. 

À Comissão de Justiça e Redação,  
conforme despacho da Senhora  
Presidente em Sessão do dia  
04 de fevereiro de 2020.



Marcos Fureche  
Assistente Administrativo  
Departamento Jurídico

05/fevereiro/2020



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer DJ nº 46/2020

**Assunto: Projeto de Lei nº 16/2020 – Autoria da vereadora Dalva Berto – “Institui a Semana Municipal de conscientização e da orientação e combate as Fake News iniciando-se no dia 1 de junho no Município de Valinhos”.**

**À Comissão de Justiça e Redação**

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Justiça e Redação, relativo ao projeto em epígrafe.

*Ab initio*, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo meramente opinativo não fundamentando decisão proferida pelas Comissões.

Preliminarmente, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a **análise técnica** do projeto em epígrafe solicitado.

A proposta em exame, no que tange à matéria, afigura-se revestida de legalidade, tendo em vista a competência de legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CRFB).

O tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem se posicionando no seguinte sentido sobre Projetos de Lei que institui semanas:

*Direta de Inconstitucionalidade nº 2258036-61.2016.8.26.0000*

*Autor: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUZANO*



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fls. 07  
Rosp. 08

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Réu: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO*

*Comarca: São Paulo*

*Voto nº 35.350*

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.813/2014, que institui no calendário oficial a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, a ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 e 21 de dezembro e dá outras providências". Ação improcedente. Não ocorrência de vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Sem ofensa ao princípio da separação de poderes. Inconstitucionalidade não configurada. Ação improcedente.*

*I O Prefeito do Município de Suzano, Sr. PAULO FUMIOTOKUZUMI, ajuizou a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com medida liminar, em face da Lei Municipal nº 4.813, de 04 de setembro de 2014, que institui no calendário oficial a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, a ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 e 21 de dezembro e dá outras providências".*

*O autor afirma que o ato impugnado encontra-se eivado por vícios insanáveis de inconstitucionalidade, decorrentes de mácula de ordem formal e material. Com efeito, argumenta-se que o Poder Legislativo teria extrapolado os limites de sua função, porquanto a matéria legislada está compreendida na reserva da administração e sua iniciativa é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Ademais, destaca que a norma cria despesa sem indicação da respectiva fonte de custeio.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*Diante disso, requereu a concessão da liminar para determinar a suspensão da eficácia da Lei Municipal até o julgamento final da ação e, no mérito, seja a presente julgada procedente a fim de que se declare a inconstitucionalidade da lei por violação aos artigos 5º, § 2º, 20, III, 25, 47, II, 111 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo (fls. 1/16).*

*A liminar foi indeferida (cf. fls. 121/122).*

*Foram prestadas informações pelo presidente da Câmara Municipal de Suzano que se restringiu a transcrever os atos do processo legislativo que resultaram na promulgação e publicação do preceito normativo (cf. fls. 132/133).*

*O Procurador Geral do Estado se absteve da defesa da norma por tratar de matéria exclusivamente local (cf. fls. 216/217).*

*A douta Procuradoria-Geral de Justiça apresentou parecer no sentido da procedência da ação para declarar a incompatibilidade da Lei Municipal guerreada com os artigos 5º, 24, parágrafo 2º, 2, 47, II e XIV, e 144, todos da Constituição Estadual (cf. fls. 221/229).*

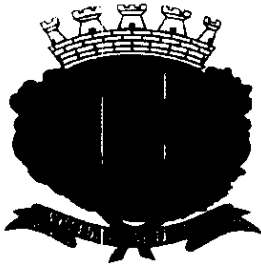
*É o relatório.*

*II A presente ação direta de inconstitucionalidade discute a compatibilidade da Lei Municipal nº 4.813, de 04 de setembro de 2014, que institui no calendário oficial a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, a ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 e 21 de dezembro e dá outras providências".*

*Eis o texto da norma impugnado:*

*"Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Suzano, a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea", a*





## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 a 21 de dezembro.*

*Art. 2º. A "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea" passa a integrar o calendário oficial de eventos culturais do Município de Suzano.*

*Art. 3º. São objetivos desta Lei:*

*I - estimular a doação voluntária de medula óssea, visando a ampliação das possibilidades de localização de doadores compatíveis, informando, sensibilizando, conscientizando e difundindo a necessidade de existência de doadores de medula óssea, bem como manter atualizados os telefones e endereços de contato do órgão responsável pela captação;*

*II - desenvolver atividades de orientação, capacitação e educação continuada sobre transplantes, doação e identificação de doadores, para profissionais da saúde, especialmente aos que atuam nas unidades de obstetrícia, oncologia e no Programa de Saúde da Família;*

*III - alertar o doador cadastrado sobre a importância de manter seus dados cadastrais atualizados em efetivamente, comparecer para realizar a doação quando chamado a fazê-lo;*

*IV - estimular a criação de pontos fixos e móveis de coleta de sangue para fins de triagem e cadastro de doadores voluntários de medula óssea.*

*Art. 4º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios e parcerias com o Governo Federal estadual, instituições privadas, fundações, empresas, organizações governamentais ou não governamentais, visando a plena execução da campanha, objetivando informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores e esclarecer sobre*



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fl. 10  
Data 08/11/20

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*a importância da doação de medula óssea para salvar vidas e ainda sobre o armazenamento de dados do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea REDOME.*

*Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.*

*Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.*

*"Primeiramente, afasta-se qualquer análise de violação à Lei Orgânica do Município e a dispositivos da Constituição Federal que não sejam de observância obrigatória pelos Estados e Municípios ou que não foram reproduzidos pela Constituição Estadual, pois apenas a Constituição Estadual deve ser parâmetro de controle abstrato de normas, conforme bem disciplina o artigo 125, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Também a contrariedade reflexa ou indireta ao texto da constituição não podem ser aferidas por via principal.*

*Passemos a análise do mérito da causa.*

***A ação é improcedente.***

*Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a norma impugnada não abrange atos de gestão administrativa referente à organização dos eventos de conscientização acerca da doação de medula óssea, limitando-se a inovar o calendário oficial do município de Suzano, instituindo data comemorativa, sem impor, contudo, atribuições a órgãos do Poder Executivo. Nesse sentido, a lei não se encontra eivada de vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo, eis que não houve usurpação de matéria atinente ao Poder Executivo.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*Destarte, da leitura do texto guerreado, infere-se que inexistente qualquer violação ao princípio da separação de poderes.*

*O ato normativo impugnado, de iniciativa parlamentar, é perfeitamente compatível com o ordenamento constitucional vigente, encontrando-se em consonância com o Princípio da Separação de Poderes, o qual, conforme bem elucidado pelo ilustre Ministro Alexandre de Moraes:*

*“consiste em distinguir três funções estatais, quais sejam, legislação, administração e jurisdição, as quais devem ser atribuídas a três órgãos autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade. Referido sistema foi esboçado, pela primeira vez, por Aristóteles, na obra 'Política', tendo sido detalhado posteriormente por John Locke, no 'Segundo Tratado do Governo Civil', que também reconheceu três funções distintas, sendo, finalmente, consagrado na obra de Montesquieu, 'O Espírito das Leis', a quem devemos a divisão e distribuição clássicas, tornando-se princípio fundamental da organização política liberal, transformado em dogma pelo artigo 16 da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, encontrando previsão no artigo 2º da nossa Constituição Federal” (in Direito Constitucional, 27ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 2011 p. 424).*

*Referido princípio é constituidor de verdadeira base harmônica da atuação dos poderes, os quais, pelo seu intermédio, atuam segundo um sistema de freios e contrapesos (checks and balances), em controle recíproco, visando a manutenção do equilíbrio tripartite.*

*Daí encontrar-se, igualmente, previsto nos artigos 5º e 47, incisos II, XIV e XIX, da Constituição do Estado, aplicáveis aos*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*municípios por força do artigo 144 do mesmo diploma legal.*

*Senão vejamos:*

*"Art. 5º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*(...)*

*Art. 47 Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:*

*II exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;*

*XIV praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;*

*(...)*

*XIX - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar em aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos;*

*Art. 144 Os Municípios, com autonomia, política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.*

*"Cumpre esclarecer que a lei institui data comemorativa, envolvendo alteração no calendário oficial do Município de Suzano, não prevendo, contudo, a fixação de uma sequencia de atividades para a concretização do evento ou para o cumprimento da realização do evento a contento a recair sobre o Poder Executivo.*

*Aliás, os dispositivos impugnados atribuem ao Poder Executivo tão somente a prerrogativa de realizar atos visando a execução da campanha, "podendo celebrar convênios e parcerias com o*



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fls. 13  
Ass. 02

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Governo Federal e Estadual, instituições privadas, fundações, empresas, organizações governamentais ou não governamentais.*

*"Destarte, não se verifica a imposição de cronogramas rígidos ao Poder Executivo, inexistindo atos de gestão e prevendo, tão somente, atos superficiais para a concretude do evento estipulado, a demonstrar a não violação ao princípio da separação de poderes.*

*Neste sentido, a lei editada coaduna-se com o ordenamento constitucional vigente, encontrando plena subsunção ao artigo 30, inciso I da Constituição Federal de 1988, sendo certo que a Câmara Municipal não usurpa de qualquer competência ao legislar sobre assuntos de interesse local.*

*Sobre o tema há precedentes deste colendo Órgão Especial: "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei que institui no calendário oficial de eventos do Município a "Semana Municipal da Alimentação". III. Não ocorrência de ofensa à regra da separação dos poderes, todavia, no tocante aos demais dispositivos. Precedentes deste Órgão Especial e do Supremo Tribunal Federal. IV. Inexistência de vício de iniciativa: o rol de iniciativas legislativas reservadas ao chefe do Poder Executivo é matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Precedentes do STF. V. Ausência, por fim, de ofensa à regra contida no artigo 25 da Constituição do Estado. A genérica previsão orçamentária não implica a existência de vício de constitucionalidade, mas, apenas, a inexecutabilidade da lei no exercício orçamentário em que aprovada. Precedentes do STF. Pedido julgado parcialmente procedente". (Direta de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*inconstitucionalidade nº 2166854-57.2017.8.26.0000, Relator Márcio Bartoli, j. 31/01/2018).*

*Destarte, como se viu e ressaltou, a norma guerreada é plenamente eficaz, não havendo invasão de matéria de competência reservada ao Chefe do Poder Executivo.*

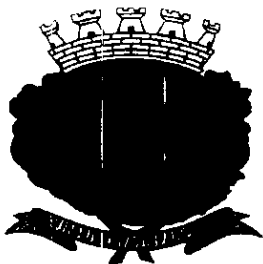
*Na organização político-administrativa, o município apresenta funções distintas. O prefeito (chefe do Poder Executivo) é o responsável pela função administrativa, que compreende, dentre outras coisas, o planejamento, a organização e a direção de serviços públicos e dos funcionários que atuam em sua prestação, enquanto que a função básica das Câmaras Municipais (Poder Legislativo) é legislar, editando normas gerais e abstratas que devem pautar a atuação administrativa. A atuação legislativa impugnada editou, repise-se, normas gerais e abstratas e de interesse local, compatível, portanto, com o ordenamento jurídico em vigor.*

*O que se verifica, in casu, é a consagração da competência concorrente em relação a leis complementares e ordinárias, prevista no artigo 24, §2º, da Constituição do Estado de São Paulo.*

*Por fim, quanto a criação de despesas sem a respectiva dotação orçamentária, ressalte-se que mesmo que a lei implique em gastos ao Poder Executivo, isso não seria suficiente para afastar a possibilidade de que a Câmara inicie o processo legislativo municipal, não havendo afronta ao artigo 25 da Constituição Bandeirante.*

*Neste sentido, é o entendimento do Pretório Excelso:*

*“ EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA.

CONCESSÃO DE FIDUCIÁRIO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL.

INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º.

SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO.

INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL . 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes."(ADI 3394, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2007) original sem grifo. Mais não precisa ser dito para



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fls. 16  
28

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*concluir que a norma impugnada encontra-se eivada de constitucionalidade. De rigor, portanto, a improcedência desta ação direta de inconstitucionalidade. Ante o exposto, pelo meu voto, julgo improcedente o pedido, declarando a constitucionalidade da Lei Municipal nº 4.813, de 04 de setembro de 2014, do Município de Suzano, cassada a liminar.*

*PÉRICLES PIZA*

*Relator*

Ademais o Supremo Tribunal Federal já fixou tese de Repercussão Geral sobre as leis de iniciativa privativa do Chefe do Executivo:

*ARE 878911 RG / RJ - RIO DE JANEIRO*

*REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO*

*Relator(a): Min. GILMAR MENDES*

*Julgamento: 29/09/2016*

*Órgão Julgador: Tribunal Pleno - meio eletrônico*

*Publicação*

*PROCESSO ELETRÔNICO*

*REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO*

*DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016*

*Parte(s)*

*RECTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO*

*ADV.(A/S): JOSÉ LUIS GALAMBA MINC BAUMFELD E OUTRO(A/S)*

*RECDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO*

*ADV.(A/S) : ANDRÉ TOSTES*

*Ementa*





# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.*

### **Decisão**

*Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre*

*a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello e Rosa Weber.*

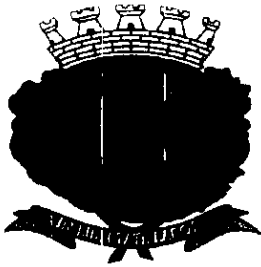
*Ministro GILMAR MENDES Relator*

### **Tema**

*917 - Competência para iniciativa de lei municipal que preveja a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias.*

### **Tese**

*Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do*



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fls. 18  
08

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

*regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).*

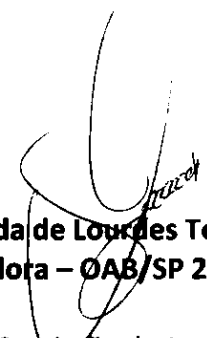
*Obs: Redação da tese aprovada nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015.*

Do mesmo modo, quanto ao aspecto gramatical e lógico, o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95 de 1998.


Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, a proposta reúne condições de legalidade e constitucionalidade, **quanto ao mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.**

É o parecer.

D.J., aos 18 de fevereiro de 2020.

  
**Aparecida de Lourdes Teixeira**  
**Procuradora – OAB/SP 218.375**

Ciente e de acordo. Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Redação para deliberação.

  
**Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa**  
**Diretora Jurídica – OAB/SP 308.298**



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fis. 19  
Resp. 08

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

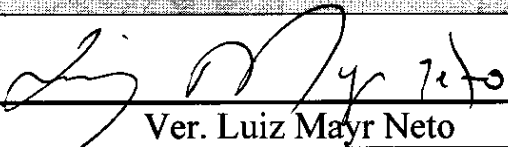
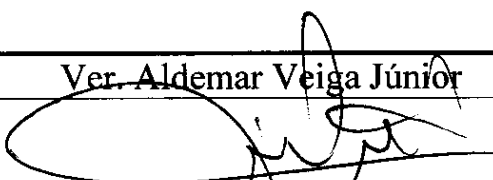
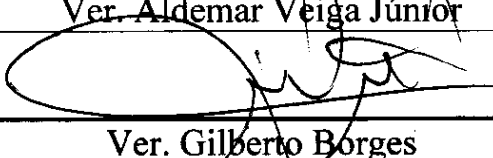

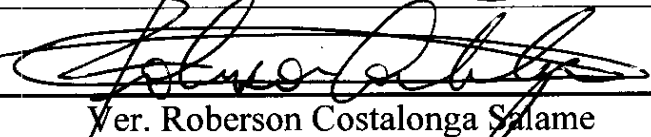
### Comissão de Justiça e Redação

#### Parecer ao Projeto de Lei nº 16/2020

**Ementa do Projeto:** Institui a Semana Municipal de Conscientização e da Orientação e Combate as "Fake News" no município de Valinhos.

**Parecer:** Esta Comissão analisou o referido Projeto quanto à sua Constitucionalidade, Legalidade e Redação e dá o seu **PARECER** da seguinte forma:

Valinhos, 02 de março de 2020

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Luiz Mayr Neto	(X)	( )
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	( )	( )
 Ver. Gilberto Borges	(X)	( )
 Ver. André Amaral	(X)	( )
 Ver. Roberson Costalonga Salame	(X)	( )

Obs: Parecer jurídico FAVORÁVEL.

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE

03/03/2020  
PRESIDENTE  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente



C.M.V.  
Proc. Nº 233 / 20  
Fls. 20  
Resp. 08

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 17, 03, 2020

PRESIDENTE

Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente

Aprovado por unanimidade e dispensado de  
Segunda Discussão em sessão de 17/03/2020  
Providencie-se e em seguida archive-se.

Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente

Segue Autógrafo nº 49 / 2020

Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente



C.M.V.  
Proc. Nº 233/20  
Fls. 21  
Resp. Od.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

P L. 16/20 - Autógrafo nº 19/20 - Proc. nº 233/20 - CMV

### LEI Nº

**Institui a Semana Municipal de Conscientização, Orientação e Combate às "Fake News" no Município de Valinhos.**

Recebido  
19 / 03 / 2020  
15 : 45

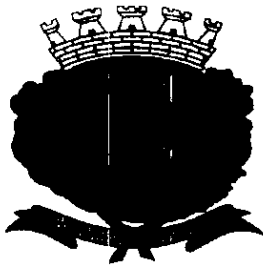
**ORESTES PREVITALE JÚNIOR**, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Semana Municipal da Conscientização, Orientação e Combate às "Fake News" no Município de Valinhos, a ser realizada anualmente iniciando-se no dia 1º de junho e que tem por objetivo informar e conscientizar a população a combater o "Fake News".

**Art. 2º** Na Semana de Conscientização, Orientação e Combate às "Fake News" serão realizadas palestras, debates, rodas de conversas e ações educativas em locais estratégicos e de fácil acesso à comunidade.

**Art. 3º** Para o cumprimento do disposto nesta Lei, poderão ser realizados eventos de conscientização juntamente com universidades, associações e conselhos representativos das categorias profissionais interessadas no tema, podendo ser envolvida a rede pública de educação e os conselhos de direitos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

P.L. 16/20 - Autógrafo nº 19/20 - Proc. nº 233/20 - CMV

fl. 02

**Art. 4º** A instituição da Semana da Conscientização, Orientação e Combate às “Fake News” no Município de Valinhos tem como objetivos:

- I. promover campanhas educativas na cidade de Valinhos, visando inibir a produção, propagação e reprodução de mensagens “fake News”, nos meios de comunicação e redes sociais, visando a conscientização das pessoas.
- II. dar visibilidade e propagar o tema, estimulando a não produção, propagação e reprodução de mensagens “fake News”.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**Prefeitura do Município de Valinhos,  
aos**

**ORESTES PREVITALE JÚNIOR  
Prefeito Municipal**

**Câmara Municipal de Valinhos,  
aos 17 de março de 2020.**

**Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente**

**Israel Scupenaro  
1º Secretário**

**César Rocha Andrade da Silva  
2º Secretário**